

# Certificados

## Aforradores perdem 144 milhões de euros

30 | 01 | 2008

▶ A partir deste mês, os titulares de certificados de aforro da série B vão receber menos 0,8% na taxa de base líquida. Ainda que legal, esta medida do Governo defrauda as expectativas dos aforradores, revela a PROTESTE POUPANÇA. Além disso, o Ministério das Finanças encerrou a subscrição desta série e criou uma nova, menos rentável.

▶ A taxa de base da série C é quase idêntica à anterior, mas os titulares demoram agora mais 5 anos a atingir o prémio de permanência máximo. Os 2,5% brutos só são atingidos no décimo e último ano. Ora, como os certificados são reembolsados ao fim de 10, só usufrui da taxa máxima por um ano.

▶ Se já tem certificados da série B, poucos motivos há para celebrar. A fórmula de cálculo da taxa de base foi alterada, caindo de 3% para 2,2 por cento. Uma forma hábil do Governo cortar no prémio de permanência, sem alterar as características do produto. Supondo que a taxa base se mantém, para € 1000 a 10 anos, obtém agora um rendimento de € 413, o que corresponde a uma taxa anual efectiva líquida (TAEL) de 3,5 por cento. Pelas condições antigas, conseguiria € 521 e uma TAEL de 4,3 por cento. Ou seja, quem já tem a série B vai perder cerca de € 108 por cada 1000, a 10 anos. Para o mesmo prazo e montante, na série C, obtém um rendimento € 463 (3,9 por cento).

O Governo arrecada assim 144 milhões de euros em juros, que deveriam ir para o bolso de quem investiu nestes produtos. Segundo a PROTESTE POUPANÇA, a medida contorna os direitos adquiridos dos aforradores.

▶ Apesar do revés, se já subscreveu certificados da série B há mais de três anos, deve mantê-los, salienta a publicação. Em termos efectivos, e para uma aplicação a 10 anos, obtém um rendimento igual ou superior ao da nova série. Se tem há menos tempo, transfira para a série C ou procure alternativas. A escolha não é fácil. Segundo a PROTESTE POUPANÇA, convém ter cuidado com os Instrumentos de Captação de Aforro Estruturado (ICAE), Fundos Especiais de Investimento (FEI), depósitos duais e seguros de capitalização. Como mostram as análises da publicação, a maioria destes produtos traz mais dissabores do que vantagens.

▶ Para a DECO, o Ministério das Finanças não foi transparente ao comunicar as alterações. Perdem os aforradores, por confiarem no Estado.



PROTESTE POUPANÇA n.º 320,  
29 de Janeiro de 2008

**Nota** a reprodução deste artigo não precisa de autorização do director da revista. Basta que a fonte e a data de publicação (PROTESTE POUPANÇA, 29 de Janeiro de 2008) sejam indicadas como referido na ficha técnica da pág. 12. É proibido o uso para fins publicitários ou comerciais. Se o artigo for divulgado na Internet, deverá ainda conter uma ligação para a página da DECO PROTESTE ([www.deco.proteste.pt](http://www.deco.proteste.pt)) e a informação só pode estar *on-line* um mês.

### Contactos

Isabel Lencastre: 21 841 87 15 ou 96 570 00 58  
[press@deco.proteste.pt](mailto:press@deco.proteste.pt)